

GOVERNANÇA SUPOSTADA POR CONSTRUCTOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Geraldo Gonçalves Bastos

Mestre em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação. Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

ggbdino@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7955-7279>.

Cláudio Gottschalg Duque

Doutor em Ciência da Informação. Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

klaussherzog@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3558-466X>.

RESUMO

A ciência da informação com seu paradigma da interdisciplinar permite consubstanciar disciplinas de outras ciências a partir da análise das características e propriedades da informação, do fluxo informacional e das relações entre as entidades informacionais de um contexto, para que o usuário possa identificar, manifestar, interagir, armazenar, recuperar e integrar novos conceitos. Esta pesquisa objetiva analisar o uso da palavra Governança, a partir de circunstâncias históricas e acadêmicas que motivaram a utilização do termo nos diversos espaços informacionais abordados na revisão bibliográfica, considerando as circunstâncias coetâneas, tendências, aspectos cronológicos que modularam o termo para construir um modelo informacional que permita estabelecer espaços conversacionais entre ciência da informação e governança corporativa. A partir da revisão bibliográfica e da identificação e classificação dos termos, estruturou-se a relação interdisciplinar entre os conceitos, relações e propriedades identificados, para se caracterizar o potencial do uso do paradigma interdisciplinar da ciência da informação, com o qual se modelou ferramentas da arquitetura da informação dentro do espaço informacional pretendido. O estabelecimento de argumentos, aqui definidos como constructos, para estruturar formas de abordagem e arranjos de disciplinas de gestão através da ciência da informação, deve ser considerado como um ganho arquitetural para recuperação da informação sobre governança. Ganho que permite orientar os gestores sobre as formas de aplicar disciplinas diversas que conduzam ao estágio da governança. Benefício direto do uso da ciência da informação, que a partir da modelagem arquitetural potencializa a recuperação de informações para implantação de modelos de gestão, como é o caso da governança corporativa.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Arquitetura da informação. Espaço Informacional. Propriedade da Informação. Governança Corporativa.

GOVERNANCE SUPPORTED BY INFORMATION SCIENCE CONSTRUCTS

ABSTRACT

In Information science with its interdisciplinary paradigm allows consolidating disciplines of other sciences from the analysis of the characteristics and properties of information, the information flow and the relationships between the informational entities of a context, so that the user can identify, manifest, interact, store, retrieve and integrate new concepts. This research aims to analyze the use of the word Governance, based on historical and academic circumstances that motivated the use of the term in the various informational spaces addressed in the bibliographic review, considering contemporary circumstances, trends, chronological aspects that modulate the term to build an informational model that allows establishing conversational spaces between information science and corporate governance. From the bibliographic review and the identification and classification of terms, the interdisciplinary relationship between the identified concepts, relationships and properties was structured, to characterize the potential of using the interdisciplinary paradigm of information science, with which tools of the information architecture within the intended information space. The establishment of arguments, here defined as constructs, to structure forms of approach and arrangements of management disciplines through information science, should be considered as an architectural gain for the retrieval of information on governance. Gain that makes it possible to guide managers on the ways to apply different disciplines that lead to the governance stage. Direct benefit from the use of information science, which from architectural modeling enhances

the retrieval of information for the implementation of management models, as is the case of corporate governance.

Keywords: Interdisciplinarity. Information Architecture. Informational Space. Information Ownership. Corporate governance.

Recebido em: 22/07/2022

Aceito em: 09/09/2022

Publicado em: 22/12/2022

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre Governança Corporativa pode se traduzir na necessidade de suprir as organizações de argumentos de gestão que permitam ampliar o ciclo de vida da organização, a possível perenidade e a continuidade de postos de trabalho em um ambiente de alta competitividade que se revela no período da indústria 5.0.

Essa pesquisa propõe compreender a importância da governança buscando argumentos da interdisciplinaridade que se encontram na ciência da informação para construir espaços conversacionais, nos quais as ferramentas da ciência da informação permitam compreender o fenômeno da governança e o uso da mesma em diversos setores da sociedade moderna, buscando dissipar a perda significativa de recursos envolvidos no controle de questões menores da prática da governança, como alerta o prêmio Nobel de Economia de 2019 Abhijit Banerjee. (BANERJEE *et al.*, 2019).

A ciência da informação pode ser mais um agente para promover o robustecimento do conceito de governança no enfrentamento dos desafios citados, além de contribuir para o entendimento do contexto informacional, pode potencializar o uso da palavra governança, estruturada em um modelo conceitual, para favorecer a integração dos interesses privados e públicos com clareza na comunicação, evitando discrepâncias ou ruídos de interpretação para construir e desenvolver recursos em situação de cooperação, em especial para relações em que se envolva o pagamento justo dos custos de produção dos bens, conforme esclarece Ostrom (2000), prêmio Nobel de economia de 2009.

O modelo conceitual decorrente do vocabulário controlado sobre a palavra governança, que se pretende estrutura, orienta a formação de um espaço informacional que pode dissipar dificuldades de interação entre os *Stackholders*, permitindo uma comunicação propositiva e focada nos benefícios que a governança corporativa pode auferir para perenidade da organização.

2 SUPORTE DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO: MARCO TEÓRICO

A Ciência da Informação propõe a seus pesquisadores construir espaços conversacionais que viabilizem o estudo de problemas sociais de toda ordem e magnitude no que tange ao entendimento das propriedades da informação, de seu fluxo, da otimização e de sua recuperação (BORKO, 1968), bem como de seu impacto junto aos usuários da informação nos respectivos contextos.

Entretanto, o desafio aqui proposto necessita consolidar ações imediatas e estabelecer ações futuras, dentro da perspectiva de suporte epistemológico e hermenêutico em que estamos inseridos cientificamente, visto que essa atitude é “decisiva para o redirecionamento dos processos cognitivos inerentes à nova mentalidade da era da informação, com a insurgência da Ciência da Informação contra os guetos monopolizantes do saber.” (FROTA; FROTA, 1994).

Pesquisar a etimologia da palavra governança e construir referencial teórico sobre a utilização do termo governança em seu nascedouro, contextualizando o uso da expressão em diversos setores organizacionais para gerir recursos públicos e privados possibilita a detecção da amostra.

O arranjo da amostra para estabelecer o controle vocabular dos conceitos relacionados à governança permite modelar um contexto informacional que cria o espaço conversacional entre a ciência da informação e a governança corporativa. Este modelo é objetivo da pesquisa para essa abordagem conceitual do termo governança, sendo as relações criadas no modelo o resultado da análise das propriedades da informação, coletado durante a revisão bibliográfica.

Saracevic (1999) asseverou que a Ciência da Informação – CI - é um campo de prática e investigação científica que aborda o problema da comunicação eficaz de registros entre seres humanos dentro de um contexto organizacional na perspectiva pessoal de uso da informação.

Araújo (2018) corrobora que a ação, dentre os quatro problemas da Ciência da Informação – CI - descritos por (BURKE, 2012) – Coleta, Análise, Disseminação e Ação – é o problema atual, em que pese não serem exaustivas as soluções apresentadas pela CI para os três problemas anteriores, visto que a sociedade evoca a natureza participativa da CI e o efetivo uso da informação como prioridades do existir humano na era da informação.

Ação que se traduz na definição do que se denominou constructo, ou construto, que é uma construção teórica, puramente mental, elaborada ou sintetizada com base em dados simples, a partir de fenômenos observáveis como a governança, para permitir ao pesquisador a identificação, classificação, análise, compreensão e estruturação de algum aspecto de um estudo ou ciência. (MICHAELIS, 2022).

3 CONSTRUCTOS DA GOVERNANÇA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O desafio que se apresenta frente ao chamado da sociedade para o exercício do papel social da ciência da informação no trato da informação, do fluxo informacional e das características e propriedades da informação permite-nos buscar uma abordagem metodológica para estabelecer constructos¹ que nos permitam compreender a abrangência da governança.

Destarte, gerir recursos a partir de princípios que defendam a equidade de benefícios para os atores envolvidos, quaisquer que sejam os papéis por eles exercido, é o que Berle e Means (1932) definiram primeiramente como governança.

Berle e Means (1932) buscaram minimizar os conflitos entre a propriedade e a gestão profissional. Entretanto, a Teoria da Agência (JENSEN e MECKLING, 2008) abordou os conflitos considerando os fatores principais que são interpretações semânticas para a compreensão e uso dos termos relacionados à governança, conforme aborda Souza (2005) ao esclarecer os modos de comunicação e os espaços informacionais pelos quais esses modos suportam conteúdos da governança corporativa.

Andrada e Rosseti (2006) ressaltam que o conflito da agência decorre da relação entre os agentes outorgantes (acionistas) e os agentes outorgados (executivos gestores), pois não existem contratos completos, sem brechas para manobras oportunistas e/ou ações expropriatórias, tampouco agentes perfeitos dispostos a trabalhar pelo direito alheio em detrimento de seus interesses.

Segundo Souza (2005), na Teoria da Firma, parte integrante da microeconomia, a firma é uma “caixa preta” com *inputs* de um lado e *outputs* de outro lado, que se compõem a partir do arranjo de elementos importantes que transpõem os acionistas

¹ Constructo – sinônimo de construto ou construção teórica, puramente mental, elaborada ou sintetizada com base em dados simples, a partir de fenômenos observáveis, que auxilia os pesquisadores a analisar e entender algum aspecto de um estudo ou ciência. (MICHAELIS, 2022).

controladores e minoritários, os gestores, abarcando diretores, gerentes, empregados, clientes, credores, fornecedores, sociedade e governo. (MONKS, 2001a).

Monks (2001a) reconhece que as corporações são as instituições dominantes da era da informação, e que embora pareçam ferramentas eficazes para criar riquezas, também exigem um custo crescente no investimento do desenvolvimento científico para suplantar a corrupção do governo e externalizar as tratativas empresariais para minimizar o impacto social e ambiental para o alcance dos objetivos organizacionais.

Esse investimento no desenvolvimento científico e suas percepções sobre o fenômeno da firma, desde suas primeiras pesquisas, permitem consignar à governança corporativa um papel fundamental no arranjo dos interesses do capital *versus* a sustentabilidade, vez que o modelo de comunicação da estrutura de governança, explicitado na Figura 1, detecta um espaço conversacional com mensagens multimodais registradas nos diversos canais contextualizados com as setas entre entidades, que neste contexto objetiva maximizar os benefícios e minimizar os riscos no atendimento dos interesses dos Stackholders.

As setas indicam a comunicação bidirecional entre os atores e a organização, podendo ser explícitas como documentos, arquivos, planilhas, contratos ou implícitos como o relacionamento informal, conversas e arranjos, portanto em arranjo multimodal.

FIGURA 1 – Atores envolvidos na Governança Corporativa



FONTE: Elaborado pelos autores (2022).

Seja qual for o sentido da comunicação, o modal, o nível hierárquico ou o formalismo, importante observar a necessidade das competências informacionais, argumentos da ciência da informação (STAREC, 2011), que capacitam os trabalhadores

da informação, no processo de governança corporativa, a enfrentar problemas, desafios e exigências profissionais de baixa, alta e média complexidade.

O preparo para desenvolver conversas, apresentações, palestras, explicitação de ideias com o intuito de maximizar o uso dos recursos e minimizar os riscos objetivando o melhor resultado tem se configurado na tendência de projetar a disruptura dos processos na indústria 5.0, consolidando a qualidade de vida dos envolvidos, a perenidade dos negócios, resultados do intenso uso da tecnologia da informação.

As mudanças contínuas dos processos de negócio e a intensidade no uso de novas tecnologias em organizações com governança corporativa exigem dos atores envolvidos um aprimoramento contínuo das competências e capacidades. Starec (2011) denominou essas capacidades e habilidades como competência informacional para minimizar conflitos entre capital e gestão de recursos as competências:

Fluência digital;

Capacidade cognitiva para assimilar informações relevantes e prioritárias;

Capacidade de recuperar, analisar, organizar, indexar, disseminar e usar volumes cada vez maiores de informação;

Pensamento crítico;

Aprendizado ativo e autônomo;

Aprender a aprender, para aprender a fazer;

Aprendizado ao longo da vida. (STAREC, 2011).

Todas essas competências podem potencializar a tomada de decisão em organizações de forma geral, entretanto, em organizações que se utilizam da governança passam a ser essenciais visto que a Firma exige a fluência digital para interação da estrutura de comitê com a alta gestão para formular diretivas estratégicas.

As diretivas estratégicas interpretadas a partir da capacidade cognitiva e da capacidade de gestão da informação devem ser absorvidas a partir da capacidade de interpretação crítica e sistêmica buscando caracterizar a relevância para justificar os atos de gestão.

Sperber e Wilson (1986) sugerem que o grupo diretivo da organização pode ampliar o impacto sobre o modelo de governança quando reconhecem o aprimoramento da

capacidade dos gestores em fazer escolhas relevantes e necessárias que orientam a interpretação aprimorada da informação para o negócio.

Atos de gestão podem ampliar o potencial do grupo diretivo e com isso fortalecer a tomada de decisão a partir do preenchimento de lacunas informacionais inerentes às incertezas decorrentes do ambiente organizacional. Incertezas que podem ser sanadas com constructos da ciência da informação identificados nesta pesquisa, que podem propor um aprendizado autônomo e contínuo de novos argumentos de gestão.

As relações entre os atores, no trato da governança para qualquer espaço informacional, sofrem a influência da teoria da relevância, que pode potencializar os efeitos dessas competências informacionais segundo Starec (2011).

Duque (2015) ressalta que a teoria cognitiva da atenção e a teoria do processamento da informação formam teoria da relevância - TR - que indica que a atenção é seletiva, varia de ator para ator e possui distorções informacionais inerentes ao espaço informacional, e que pretende explicitar a base da racionalidade humana, no que corroboram Campos e Rauen (2008).

Kuroki Junior (2018) assevera que a teoria da relevância explica e distingue os meios verbais dos meios não verbais, visto que os estímulos para intensificar a relevância da mensagem podem ter sido captados pelo receptor antes mesmo que se esgotem em sua intensidade.

Explica Kuroki Junior (2018) que a carga de conhecimento sobre a relevância do tema abordado nos ambientes verbais tem referência na multiplicidade de estímulos principais e assessórios, inerentes ao poder de expressão humana e do conhecimento do emissor, o que potencializa as comunicações entre os atores da figura 1, quando o suporte verbal é utilizado como modal de maior relevância, podendo alterar a ação estratégica de forma significativa.

São assim expostos alguns constructos segundo a abordagem interdisciplinar da ciência da informação e da governança corporativa, apresentada: propriedade da informação, fluxo informacional, coleta, análise, disseminação, ação e recuperação da informação, teoria da firma, comunicação bidirecional, competências conversacionais, tomada de decisão e teoria da relevância.

Contudo, os constructos abordados nas diversas teorias apresentadas necessitam se integrar ao uso coetâneo da governança, nos diversos momentos em que foi utilizada até se traduzir no uso de maior intensidade como observado na indústria 5.0.

4 INTERDISCIPLINARIDADE HISTÓRICA DA GOVERNANÇA COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O período industrial consolidou as iniciativas da burguesia à época para formação e internalização do conceito de propriedade. O investimento buscava manter e ampliar fortunas desenvolvidas no período pré-industrial, em especial com atividades econômicas as vezes não muito éticas, mas que geraram um bom retorno à burguesia estabelecida. O retorno do investimento passou a ser um conceito importante para manutenção da importância política e financeira da burguesia, e como tal se transformou na fonte de financiamento da implantação do modelo capitalista. (SOUZA, 2005).

O fortalecimento do capitalismo permitiu inclusive a criação de uma classe social, egressa dos artesãos, que trabalhava nas indústrias, motivada por maior remuneração, denominada proletariado. O apego ao capital e à estrutura de mais valia, a exploração do trabalho, a estruturação de mecanismos de lucro e o empoderamento financeiro possibilitou a estruturação da classe empresarial, também denominada burguesia (MARKS, 2015).

A burguesia utilizou o capital como grande motor da indústria, que com a aplicação da tecnologia e a obtenção de lucros sobre o investimento fomentou a formação de uma classe social poderosa, que evoluiu para os tempos atuais como empresariado, e que mantém uma relação conflituosa entre o ganho de capital e a devida remuneração aos trabalhadores, reconhecendo-lhes não apenas como empregados, mas também como responsáveis por construir as riquezas. (MARKS, 2015).

Estudos sobre a governança têm como marco histórico o artigo de Berle e Means (1932) com o título “*The Modern Corporation and Private Property*” em que os autores explicaram as dificuldades inerentes de uma relação entre um mandatário principal e outros agentes que têm poder de tomar decisões em nome do principal, o que demarca a separação entre propriedade e gestão.

O percurso histórico da estruturação do termo e da criação do modelo de gestão é considerado por nós como elemento fundamental para o entendimento das derivações de

conceitos até o momento. Shleifer e Vishny (1997) entenderam a governança como meio pelo qual os investidores garantem que terão lucros sobre seus investimentos.

Robert Monks (2001b) diverge do conceito de garantia para alcançar lucros em seu livro *Corporate Governance*, que tratou da governança nos fundos de pensão, sendo sua abordagem consolidada no entendimento de que a governança é o relacionamento entre os vários participantes nas determinações dos rumos e no desempenho da empresa.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criada em 1948 com o objetivo de ajudar o plano Marshall de reconstrução da Europa, após a segunda Guerra Mundial, declara que a governança corporativa cuida da estrutura institucional e política das corporações, sendo seus princípios assim organizados:

Garantir a base para um sistema eficaz de governança corporativa – a governança corporativa deve promover mercados transparentes e eficazes em coerência com o Estado de Direito;

Direitos dos acionistas e principais funções da propriedade – a governança corporativa deve proteger os direitos dos acionistas;

Tratamento equitativo dos acionistas – a governança corporativa deve garantir o tratamento igual dos vários tipos de acionistas;

Papel de outras partes interessadas na governança corporativa – a governança corporativa deve garantir o interesse de todos os envolvidos na empresa, permitindo a criação de riquezas, empregos e sustentabilidade com empresas sólidas;

Divulgação e transparência – a governança corporativa deve garantir a divulgação precisa e oportuna de todas as questões relevantes para a empresa;

Responsabilidades do Conselho de Administração – a governança corporativa deve garantir a orientação estratégica da empresa, o monitoramento eficiente da administração e a prestação de contas. (LOUETTE, 2008).

Estes princípios, orquestrados através das diretrizes organizacionais e consolidados nos processos de governança para adequação dos conflitos de interesse dos *stakeholders*, inerentes aos processos que implementam o modelo de gestão para confluir a tomada de decisão com o investimento público ou particular é o que Blair (1999) define como governança.

A indução dos interesses próprios dos controladores quando tomam decisões que maximizam o valor das empresas é o que Denis e McConnell (2003) entendem como governança corporativa.

Babic (2003) chama a governança corporativa de uma estrutura de poder que envolve questões de tomada de decisão ao exercício de liderança, com os métodos que atendem interesses estabelecidos e os pleitos emergentes – assim fortemente influenciados pelos institutos legais e respectivos marcos regulatórios, inerentes a cada país.

Jensen (2000), por sua vez, considera que os mecanismos da governança corporativa se estruturam em 4 (quatro) categorias:

- Ambiente legal, político e regulatório;
- Mercado de capitais e de fusões e aquisições;
- Mercado competitivo do setor de atuação;
- Mecanismos internos de controle.

O uso do termo governança se intensificou a partir da crise financeira da década de 90, que foi sentida por toda economia mundial, oriunda da especulação imobiliária nos Estados Unidos, também chamada de bolha financeira. (COSTA, 2016).

Entretanto, no âmbito do poder público, cabe o resgate histórico de que o Estado já havia identificado as relações de investimento e trabalho como uma fonte de receita, e assim estruturou os processos de fomento dos interesses dos empresários durante todo o período industrial, permitindo a consolidação de importantes Estados capitalistas, que aplicavam seu poder em políticas públicas de retorno em serviços à sociedade e de fomento à iniciativa privada nos diversos ramos de interesse empresarial.

Esse forte apego ao capital foi impactado quando novas estruturas de comando das organizações surgiram, muito em função da necessidade de perpetuar os grandes conglomerados à época, protegidos como propriedade das famílias de industriais e empresariais. (OSLON, 1999).

As políticas públicas do Estado sobre o uso da governança nessa esfera, com o regime capitalista, também promoveram o desenvolvimento de novos conceitos na criação do bem público em contraponto à geração de lucro na perspectiva de adoção da governança. Oslon (1999) e Ostrom (2000), prêmios Nobel de economia, antagonizaram percepções sobre os fatores, envolvidos nas políticas públicas que aumentam a probabilidade de cooperação entre os atores essenciais para o estabelecimento da governança do bem público.

A teoria da escolha racional considera que o dilema social das escolhas independe dos indivíduos, mesmo que os atores estejam em situação de cooperação; construção que caracteriza o início dos conflitos conforme as pesquisas de Oslon (1999), sendo a pesquisa de Ostrom (2000) o contraponto de Oslon (1999), quando Ostrom (2000) reconhece que existe a dependência dos indivíduos, dependência que coexiste com limites de racionalidade, os quais se ampliam permitindo maior cooperação. (MOURA, 2010).

Entre os fatores apontados por Ostrom (2000) para ampliar a cooperação em processos de estruturação das políticas de governança, podemos citar a intensidade de comunicação entre os atores, o tamanho do grupo de cooperação, o grau de informação disponível, a reciprocidade e coerção entre os atores.

Oslon (1999), entretanto, considerava que nas organizações há possibilidade de discrepância entre os interesses individuais e coletivos, e mesmo havendo interesse de construir bens comuns, os indivíduos em situação de cooperação não querem arcar com os custos da produção do bem.

O mesmo ocorre nos organismos de Estado, denominado conflito de agenda, pois a sociedade espera dos mandatários do poder o melhor uso dos impostos provendo o máximo das funções do Estado em benefício do cidadão. (ANDRADA; ROSSETTI, 2007).

Consolidando o uso da governança na atividade pública ou na iniciativa privada, Hardim (1993) ressalta o papel das escolhas individuais e coletivas dos *stakeholders* envolvidos no processo de governança. Ressalta que se houver interesse das partes, sejam gestores, proprietários, cooperandos, agentes do Estado e organizações, para todos os propósitos específicos podem ser alcançados; mas se houver barganha entre os *stakeholders* para atender expectativas individuais a consequência será o resultado de menor valor agregado.

A separação do ato de investir e do ato de gerir é o fator primordial da criação da governança, seja no setor público ou no setor privado, como abordou Hardim (1993). E esses fatores ocorrem em diversos aspectos da sociedade moderna, pois os bens que são comuns necessitam de governança para sua manutenção, exposição, estudo, uso e análise, bem como as ações das empresas no mercado financeiro ou, por exemplo, a gestão de planos de previdência em todo o mundo. O rompimento do alinhamento entre

investir e gerir criou a necessidade de controlar os interesses de todos em prol do desenvolvimento da empresa.

A “tragédia dos comuns”, termo cunhado por Hardim (1993, p.206) explica a importância da governança nas relações entre o bem, comum ou não, e sua utilização pelos atores cooperados e envolvidos, pois expõe que existe a possibilidade de que os benefícios de uso do bem, assim como seus custos de produção, não revelam a perpetuidade do bem se não houver gestão para sua perenidade em prol de todos os envolvidos. E nesse caso, pode ser que os benefícios, em que pese o investimento de todos, não sejam distribuído de forma equânime para todos.

Os conflitos decorrentes desta divisão necessitavam de tratamento, a ponto de manter a perenidade das organizações, o lucro, o retorno ao investimento e da gestão organizacional. Esses são elemento que corroboram com a formação de um ambiente de alta complexidade e que exigem dos acionistas e controladores o uso com maestria da governança.

Neste tópico apresentamos mais alguns constructos, neste caso buscando a interdisciplinaridade a partir da governança corporativa, sendo: teoria da escolha racional, investimento, gestão, conflito de agenda, tragédia dos comuns, lucro, retorno sobre o investimento, gestão organizacional, tomada de decisão, acionistas, governança corporativa, categorias da governança corporativa, princípios da governança e controladores.

A tomada de decisão nesse novo patamar é o que Berle e Mens (1932) conseguiram perceber ao se depararem com os conflitos gerados em organizações com esse modelo de gestão, para o que trataram dos conflitos que permitiram o desenvolvimento da Teoria da Agência. (JENSEN, 2000).

5 MODELAGEM DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

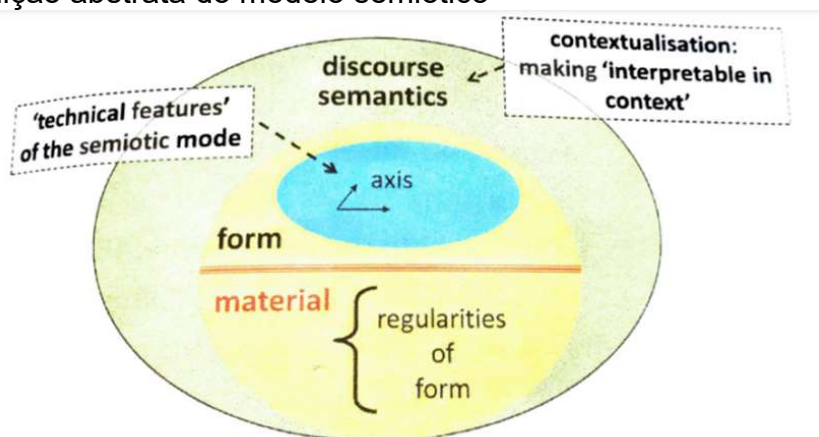
Ao definir a linha de pesquisa e os autores que a sustentam se estabelece o contexto em que se quer orientar a pesquisa. A confluência entre os argumentos e o estabelecimento de perspectivas que se aproximam permitem a identificação da linha argumentativa que justifica o objetivo da pesquisa. Procedendo desta forma, constata um vasto uso de termos, que muitas vezes se repetem, e que podem caracterizar elementos semióticos e terminológicos que se caracterizam como constructos.

Agregando-se neste percurso metodológico o conceito de relevância às disciplinas identificadas na revisão da literatura, sob um contexto multidisciplinar definido por Kress (2014), pode-se correlacionar os constructos a partir dos argumentos sintáticos para os quais se caracterize os constructos como objetos, o verbo como relacionamento e o complemento verbal ou predicativo como propriedades do objeto.

Objetivando o adequado refinamento, optou-se por identificar os termos de maior frequência, com papel de substantivos ou objetos, que pudessem ser correlacionados no contexto da governança considerando as linhas de pesquisa dos autores citados.

Bateman *et al.* (2017) ressaltam, na figura 2, que trata sobre o discurso semântico, utilizado durante a descrição do percurso metodológico, tem o objetivo de contextualizar a conformação dos constructos. Contudo as características técnicas do modo semiótico podem ser aplicadas na modelagem dos dados apresentados, assim fundamentado pela multimodalidade para que se possa apresentar um formato regular que materialize os resultados da pesquisa.

FIGURA 2 – Definição abstrata do modelo semiótico



FONTE: Bateman *et al.* (2017, p. 117)

Bateman *et al.* (2017) orientaram o mapeamento para a construção de um modelo ontológico que condense sobre argumentos lógicos a representação dos achados da pesquisa. Para tanto, dentro do discurso semântico, ou seja, considerando a revisão bibliográfica apresentada deve-se estruturar os constructos como uma representação que permite interpretar o contexto em que estão abordados.

A integração de modos semióticos, em especial aqueles observados em figuras durante a contextualização da revisão, agregada ao propósito de identificação de um eixo entre os itens semióticos e o contexto devem indicar formas regulares de interpretação do texto para melhor compreensão dos constructos identificados.

Esse método exige validação e incursões diversas para que dentro de uma comunidade se caracterizem os constructos, a ponto de se colocar em prática o melhor entendimento de uma comunidade que opera com os constructos. Essa abordagem é a mesma aplicada a validação de ontologias, vez que a comunidade de especialistas sobre o contexto é sempre o melhor indicativo sobre a usabilidade da modelagem proposta, a ponto de validar os constructos e testar sua eficácia.

Os constructos se relacionam aos substantivos, com os quais buscam nominar e predicar esses relacionamentos com o objetivo de estruturar um modelo que represente o compromisso ontológico. (BATEMAN *et al.*, 2017).

Bateman *et al.* (2017) ressaltam que o uso dessas relações nominadas deve ser condizente com a semântica do discurso analisados, focando, sempre, a manutenção do compromisso assumido para representação do modelo, sendo o grau de preciosidade na representação resultante do modo de usar o diagrama técnico científico na comunidade de prática da ontologia.

Para o desenvolvimento da estrutura ontológico, utilizou-se o processo de avaliação dos enunciados sobre os objetos dos constructos da CI que foram utilizados na pesquisa (DAHLBERG, 1978), considerando que todo enunciado é uma característica do constructo e descreve seus atributos. Nesse sentido, os atributos predicáveis dos constructos podem determinar a hierarquia entre os termos, que, formaliza a estrutura o modelo da ontologia.

6 ESTRUTURAÇÃO DO VOCABULÁRIO CONTROLADO

A primeira iniciativa parte da identificação das disciplinas que foram abordadas durante a revisão da literatura, absorvendo os conceitos ou anotações que caracterizam a disciplina e o qualificam como constructo da ciência da informação, sendo:

Os conceitos expressados na revisão da literatura não foram repetidos nessa etapa, mas são listados para controle de vocabulário no ambiente do Protégé², conforme a figura 3, sempre considerando-se o discurso semântico nesta abordagem.

1 – Organização

- 1.1 Problemas – os problemas apontados foram encontrados durante todo o percurso metodológico e traduzidos como instâncias tratadas durante a aplicação dos constructos da CI.
 - 1.1.A Baixa Qualidade de Serviços;
 - 1.1.B Baixa Transparência;
 - 1.1.C Cadeia de Comando Vulnerável;
 - 1.1.D Compliance Ineficaz;
 - 1.1.E Comunicação Ineficiente;
 - 1.1.F Controle Disperso;
 - 1.1.G Dados Inconsistentes;
 - 1.1.H Falta de Gestão Financeira;
 - 1.1.I Fluxo de dados;
 - 1.1.J Impacto Negativo na Gestão;
 - 1.1.K Informação Multimodal Complexa;
 - 1.1.L Informação Não Sistematizada;
 - 1.1.M Insegurança da Informação;
 - 1.1.N Instabilidade Financeira;
 - 1.1.O Processo Personalizado;
 - 1.1.P Projetos Cancelados;
 - 1.1.Q Tomada de Decisão Ineficaz;

2 – Ciência da Informação;

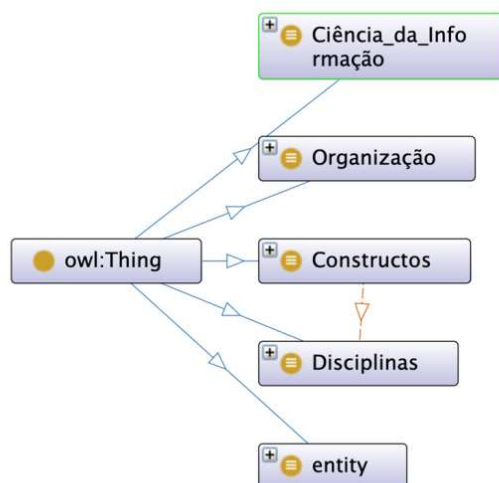
3 – Disciplinas;

- 3.1 – Gestão de Processo;
- 3.2 – Gestão da Informação;
- 3.3 – Big Data;
- 3.4 – Gamificação;
- 3.5 – Gestão de Projeto;
- 3.6 – Arquitetura da Informação;
- 3.7 – Governança Corporativa;

4 – Constructos.

² Protégé é um aplicativo de código aberto para criação e edição de ontologias, que foi criado em 1987 por Mark Musen na Universidade de Stanford e que se encontra em constante evolução por usuários.

FIGURA 3 – Estrutura da ontologia da pesquisa



FONTE: Elaborado pelos autores (2022)

7 MODELAGEM TAXONÔMICA DO VOCABULÁRIO CONTROLADO

A modelagem ontológica deste trabalho está calcada em uma abordagem holística com uso intenso da hermenêutica, estruturada na descrição do percurso metodológico.

Buscaram-se, com base na definição de um vocabulário controlado pelos argumentos denominados constructos da ciência da informação, abordagens ontológicas, contidas em bases informacionais, que pudessem ser acopladas ao modelo em definição, com vínculo capaz de responder questionamentos sobre o papel das entidades para favorecer a tomada de decisão em organizações que praticam a governança.

Os protocolos do Protégé, que interessam a este trabalho, são o RDF, RDFS³ e o OWL, que têm extensão nativa para outros protocolos na Web.

A ontologia de domínio auxilia as instâncias de nível inferior com uma linguagem de representação comum e pode ser reutilizada em diferentes situações no mesmo domínio, buscando a definição de um padrão ontológico de domínio comum. Esse procedimento evita a incompatibilidade no trato da instância de organização e permite generalizar as propriedades e os relacionamentos para classes declaradas.

³ RDFS – RDF Schema – extensão do RDF que fornece um vocabulário para descrever classes e propriedades (LACY, 2005, p. 111).

Passou-se para etapas seguintes, sendo sempre observado que o objetivo é formatar uma ontologia de domínio que possa suportar a tomada de decisão em ambiente de governança corporativa.

1) Domínios caracterizados:

1 – Organização

Ou Firma, que têm problemas captados durante as pesquisas e entrevistas nas diversas áreas da estrutura organizacional, fluxo informacional, modelos de dados, fontes de informação, gestão, projetos e planejamento estratégico. Todas as inquietudes levantadas afetam, diretamente, a tomada de decisão e dificultam a implantação do modelo de governança.

2 – Ciência da Informação

Objetivo

Transferir Conhecimento

Usuários Necessitados

Reduzir Incertezas

Interdisciplinaridade

Corpo de Conhecimentos

Estruturados

Origem

Coleção

Organização

Recuperação

Interpretação

Transmissão

Transformação

Uso (Borko, 1968)

Transferência de Conhecimento

Sumarização

Eficácia da Comunicação

Informação

Usuário

Fonte

Fluxo

Representação

Fonte-Canal-Receptor

Platonismo Material (CAPURRO, 1992)

Representação

Processamento

Impacto do Receptor

Cognição (BORKO, 1968)

3 – Disciplinas – áreas de conhecimento abordadas durante a revisão da literatura, apresentando conceitos no estado da arte, que, em face da sua interdisciplinaridade com a ciência da informação, foram aplicados no percurso metodológico como constructos para subsidiar a tomada de decisão.

- 4 – Constructos – reconhecidos por sua interdisciplinaridade com a ciência da informação, seu intercâmbio para construir soluções aos problemas detectados e caracterizados pelos argumentos técnicos, metodológicos e ferramentais que se abordou na pesquisa. A apresentação aborda o vocabulário controlado no nível superior, ainda como uma metalinguagem, estruturada na figura 4, captada na literatura e nas etapas do percurso metodológico.

4.1 – Gestão de Processo

Processo

Modelagem de processo

As Is

To Be

Processo Primário

Processo de Suporte

Processo Gerencial

Etapas do Processo

Fonte de Informação

4.2 – Gestão da Informação

Dado

Elemento essencial da informação (ZINS, 2007)

Informação Estratégica (MIRANDA, 2006)

Informação de Acompanhamento (MIRANDA 2006)

Etapas (DAVENPORT, 1994)

– Necessidade (Inquietude)

– Coletar Informação

– Categorizar a Relevância

– Compactar, formatar e estruturar

– Disseminar e Distribuir

Analisar o Uso da Informação

Recuperação da Informação - Função da AI (DUQUE e LYRA, 2010)
no exercício da Maturidade Informacional;

Coleta de dados

Disseminação da Informação

Vertente Explícita da Informação

Integração entre Atores

P-P

P-C

P-C-P (Le COADIC, 2004)

Espiral Virtuoso do Conhecimento

Externalizar – Combinar – Internalizar – Socializar (NONAKA e TAKEUCHI, 1997)

Tomada de Decisão

Comportamento estratégico da Organização (CHOO, 2000)

Magnitude dos problemas tratados > Capacidade cognitiva (SIMON, 1957)

Profissional

Arquiteto da Informação

Tradutor e padronizador dos dados

Facilitador do aprendizado pessoal

Permite a recuperação da Informação

4.3 – Big Data

Fenômeno traduzido no volume, variedade e velocidade de criação;

Dados da Internet

Escala

Volume

Variedade

Velocidade de Criação

Veracidade

Valor

Características

Segurança

Política

Estrutura

Governança (GRUSS *et al.*, 2016)

Competências para tratar o Big Data

Modelo mental adequado

Estratégias para análise dos dados

Artefatos Relevantes

Segurança dos dados analíticos

Monitoração para análise dos dados

Treinamento nas ferramentas

4.4 – Gamificação

- Jogo como forma de aprendizado
- Interação dos atores para um propósito
- Formação de Equipes
 - Trabalho em equipe
 - Engajamento
- Comunicação ativa
- Raciocínio focado
- Estratégias
- Análise
- Transformação de Processos
- Transferência de Tecnologia
- Treinamento e mentoria
- Gamificar
 - Identificar o problema
 - Detectar pontos fortes e fracos
 - Definir objetivos
 - Definir Plano de Game
 - Alinhar Projeto de Game
 - Desenvolver Planos de *FeedBack*
 - Testar Game

4.5 – Gestão de Projeto

Projeto

Programa

Ciclo de vida do Projeto

Gerenciamento de Projeto

Escopo

Controle de Mudança

Plano de Projeto
Tempo
Recursos
Comunicação
Cultura
EAP – Estrutura Analítica de Projeto
Etapas

Iniciação
Planejamento
Execução
Monitoramento
Encerramento

4.6 – Arquitetura da Informação

Desenvolver Sistemas

Identificar Necessidades
Classificar
Criar Produtos
Distribuir Funcionalidades
Disseminar informação. (McGEE e PRUSAK (1994))

Conhecimento

Tácito
Explícito
Cultural

4.7 – Governança corporativa - Principal ação para fomentar a gestão nas organizações

Teoria da Agência

Conflito de agenda

Competência informacional

Fluência digital
Cognição da relevância
Processamento de volumes de dados
Pensamento crítico
Aprendizado ativo
Comportamento de pesquisa

Teoria da relevância

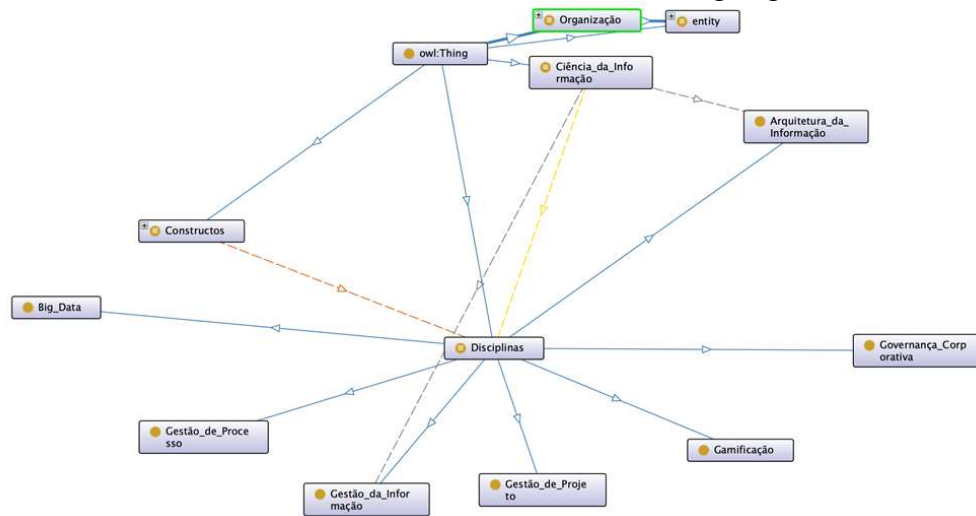
Cognoscitivo
Processamento informacional
Entalpia para arquitetar informação

Teoria da escolha racional

Cooperação limitada pelo interesse pessoal

Os termos descritos e estruturados foram coletados na revisão bibliográfica e hierarquização considerando as classes, propriedades e relações que permitem estrutura o modelo apresentado na figura 4, ressalta as características estruturais da classificação que se propõe.

FIGURA 4 – Estrutura de alto nível da taxonomia em metalinguagem



FONTE: Elaborado pelos autores (2022)

2) Relações não hierárquicas, facetas, propriedades de objetos, restrições, propriedades das instâncias e axiomas.

Com base na extensão da taxonomia com padrões não hierárquicos (equivalência associativa), relações definidas (propriedades ou atributos de ontologia), pode-se criar a ontologia. Esses elementos foram listados juntamente aos constructos para que pudessem enriquecer a definição em nível meta da taxonomia.

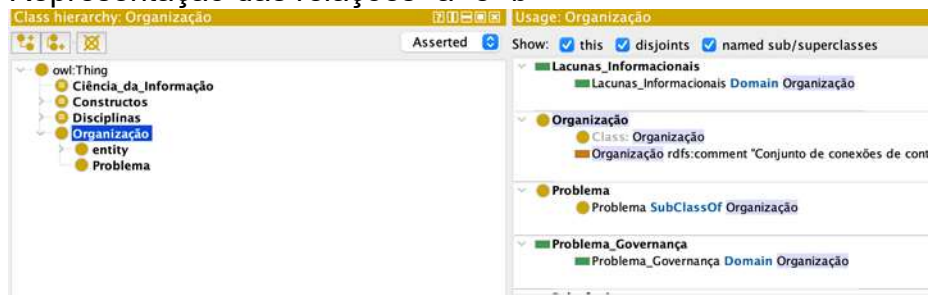
As relações associativas tratam de métricas, qualidade, ferramentas, métodos e padrões que são tratados como facetas e instâncias de uma classe, termo ou entidade, como:

Arquitetura da Informação (que, para fomentar a interdisciplinaridade da CI com a tecnologia da informação, aborda etapas para desenvolver sistemas).

Desenvolver Sistemas – Justificam os autores da CI que é fundamental

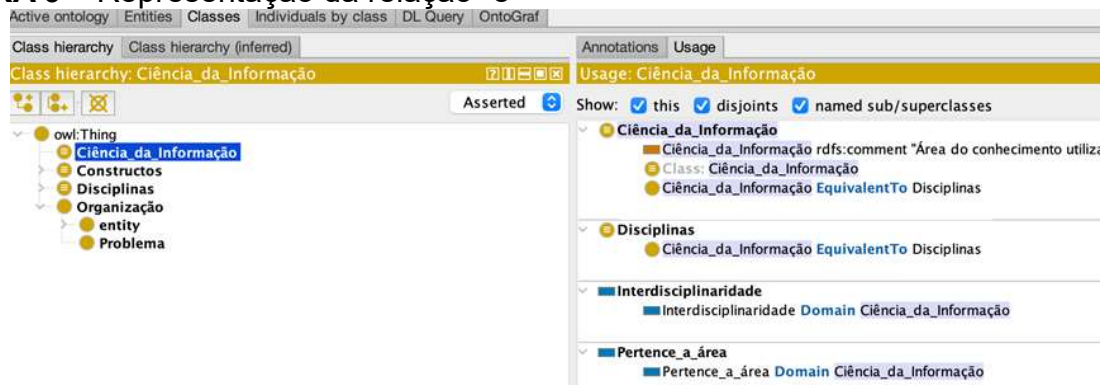
1. **Identificar Necessidades** – Tratar requisitos
2. **Classificar** – Identificar a relevância dos requisitos
3. **Criar Produtos** – Criar Algoritmos
4. **Distribuir Funcionalidades** – implantar sistema
5. **Disseminar Informação** – Apresentar funcionalidade na Organização (McGee e Prusak (1994)) – (grifo nosso).

A governança está estruturada sobre o uso dos termos apontados no vocabulário eletrônico, uma vez que há disciplinas que se relacionam aos constructos da ciência da informação com base em seus argumentos conceituais, ferramentas, métodos e técnicas que se aplicam aos problemas das organizações, sendo:

FIGURA 5 – Representação das relações 'a' e 'b'

FONTE: Elaborado pelos autores (2022)

- a) \forall Organização \square Problema;
 b) \forall Organização \leftrightarrow entidade – conforme figura 5;
 \forall Constructo \square Disciplina \leftrightarrow Disciplina C Ferramentas;
 c) Interdisciplinaridade \square Ciência da Informação(CI);
 d) CI \subset Arquitetura Informação \cup Gestão da Informação – figura 6;
 e) \forall Interdisciplinaridade \square Constructo \rightarrow CI;

FIGURA 6 – Representação da relação 'e'

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

- f) Constructos \square Disciplinas \wedge Organizações \wedge Problemas;
 g) Desta forma: Disciplinas \square Interdisciplinaridade \wedge Constructos \square Ciência da Informação;
 h) Ferramentas \square Disciplinas \wedge Ciência da Informação \square Disciplinas;

3) Inferir sobre a estrutura do modelo ontológico

O desenvolvimento das inferências foi criado no Protégé, após o uso da função Reasoner – raciocinar, que trabalha com as relações criadas nos operadores lógicos descritos no item 5, criando um conjunto de novos cadastros de relações pertinentes.

Esta é a função principal da ontologia, visto que as relações adicionais são determinadas pela máquina a partir dos parâmetros repassados no registro da ontologia, conforme observado nas métricas da figura 7.

FIGURA 7 – Estatística do Protégé com inferências criadas pelo *Reasoner*

| Ontology metrics: | |
|-------------------------------|-----|
| Metrics | |
| Axiom | 746 |
| Logical axiom count | 168 |
| Declaration axioms count | 106 |
| Class count | 48 |
| Object property count | 3 |
| Data property count | 8 |
| Individual count | 27 |
| Annotation Property count | 24 |
| Class axioms | |
| SubClassOf | 44 |
| EquivalentClasses | 2 |
| DisjointClasses | 19 |
| GCI count | 0 |
| Hidden GCI Count | 0 |
| Object property axioms | |
| SubObjectPropertyOf | 0 |
| EquivalentObjectProperties | 0 |

FONTE: Elaborado pelos autores (2022)

8 CONCLUSÃO

A ontologia de domínio resultante pode ser o ponto de iniciação para o desenvolvimento das ontologias de aplicação que tratam da implantação de processos de governança com maior potencialidade para a tomada de decisão.

Comumente, as ontologias de domínio facilitam a criação de ontologias de aplicação, sendo muitas vezes reconhecidas como instâncias da ontologia de domínio - terceiro nível da especificação ontológica - aspecto que favorece o reuso da ontologia de governança desenvolvida, em especial para orquestrar as disciplinas necessárias à criação ou à ratificação da governança corporativa nas organizações.

O reuso pode considerar, em grande escala, a proximidade dos problemas mapeados com a realidade das inquietudes encontrados na maioria das organizações. De outro modo, pode, também, ampliar a participação de cientistas da informação em contextos organizacionais com foco específico no modelo de gestão e na tratativa da perenidade das organizações.

Por fim, a possibilidade de uso da ontologia para subsidiar a equipe de gestores, comitês de governança, organizações — que querem implantar um novo processo de gestão ou empresas que iniciam processos de transição de comando para agentes — são contextos de grande aderência para o reuso da ontologia ora desenvolvida.

Outro resultado de importância dessa pesquisa é a integração entre conceitos das ciências sociais e humanas com disciplinas da ciência da informação viabilizando uma relação forte com argumentos de diversas áreas do conhecimento humano. Em que pese

não ser exaustiva nossa proposta, cabe registrar o ineditismo do modelo, visto que para o desenvolvimento desta ontologia de domínio, na etapa de pesquisa de ontologias existentes, não foram encontradas nas bases de ontologia sobre o contexto modelo com essa estruturação.

Recomenda-se o uso deste modelo para construir uma ontologia funcional, seja para ser reutilizada nas organizações como um prenúncio dos elementos importantes para maximizar os resultados da tomada de decisão, ou ainda para robustecer sua estrutura a partir de uma comunidade que a utilize e valide conceitualmente e funcionalmente.

Estudos futuros são indicados para maturar o modelo e consolidar estruturas de recuperação que permitam fornecer resposta aos gestores sobre como conduzir processos de governança.

REFERÊNCIAS

- ANDRADA, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança**: o caminho da reconstrução institucional do Estado. São Paulo. URBS – Associação Viva o Centro, Ano X, nº 4. 2006.
- ANDRADA, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 3. Ed. São Paulo, Atlas, 2007.
- ARAUJO, C. A. A. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- BABIC, V. **Corporate Governance problems in transition economies**. Winston-Salem: Wake Forest University, Social Science Research Seminar, 2003.
- BANERJEE, A. *et al.* **E-governance, accountability, and leakage in public programs: experimental evidence from a financial management reform in India**. Consultado em 08/11/2019, Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w22803.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- BATEMAN, J; WILDFEUER, J.; HIIPPALA, T. **Multimodality: foundations, research and Analysis a problem-oriented introduction**. Berlin: Gruyter Mouton, 2017.
- BERLE, A.J; MEANS, G. **The modern corporation and private property**. New York, Macmilian Publishing Company, 1932.
- BURKE, P. **Uma história social do conhecimento II: da enciclopédia à Wikipédia**. Rio de Janeiro, Zarah, 2012.
- BLAIR, M. M. For whom should corporations be run? an economic rationale for stakeholder management. **Long Range Planning**, London, v. 31, n. 2, p. 195-200, 1999.
- BORKO, H. Information science: what is? **American Documentation**, Washington, v.1, n. 19, p. 3-5, 1968.
- CAMPOS, J.; RAUEN, F. J. **Tópicos em Teoria da Relevância**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- CAPURRO, R. What is Information Science for? a philosophical reflection. *In*: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives**. p. 82-96. Londres. 1992.
- CHOO, Chun Wei. **Web work: information seeking and knowledge work on the world wide web**. Dordrecht. Kluwer Academic Publishers, 2000.

- COSTA, F.N. Governança financeira, sistema bancário e instabilidade financeira no Brasil: Pesquisa de Felipe Rezende. **Blog do Fernando Nogueira da Costa**. 2016. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2016/10/07/governanca-financiera-sistema-bancario-e-instabilidade-financiera-no-brasil-pesquisa-de-felipe-rezende/>. Acesso em: 17 mar. 2022.
- DAHLBERG, I. **Teoria do conceito**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 101- 107, 1978.
- DAVENPORT, T. H. **Reengenharia de processos**: como inovar na empresa através da tecnologia da informação. Rio de Janeiro, Campus, 1994.
- DENIS, D. K., McCONNELL, J.J. International corporate governance. **Journal of financial and Quantitative Analysis**, Seattle, v. 38, n. 1, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/4126762>. Acesso em: 17 mar. 2022.
- DUQUE, C. G. Relevância da geoinformação no processo multimodal de comunicação cartográfica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 16., 2015, João Pessoa. **Pôster...** João Pessoa: Ancib, 2015.
- DUQUE, C.G; LYRA, M. R. O posicionamento da arquitetura da informação na governança de TI. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 4, n. 2, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4370784/1.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- FROTA, M; FROTA, M.H. **Acesso à informação**: estratégia para competitividade. Brasília, CNPq/IBICT, FBB, 1994.
- GRUSS, R. *et al.* Teaching Big Data through project-based learning in computational linguistics and information retrieval. **Journal of Computing Sciences in Colleges**, Belmont, v. 31, n. 2, dec. 2015. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.5555/2831432.2831475>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- HARDIM, R. **Collective action**. The Johns Hopkins University Press, 1993.
- JENSEN, M. **Maximization, stakeholder theory and the corporate objective function**. Boston: Havard Business School, 2000. (Working Paper 00-058).
- JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. **Teoria da firma**: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 87-125, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/vr3bbm6tBJStSmQZk4Y8y4m/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 7 set. 2022.
- LE COADIC, Yves François. **A ciência da informação**. Briquet de Lemos/Livros. 2. ed. Brasília, 2004.
- LOUETTE, Anne. **Compêndio para a Sustentabilidade**: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental. Antakarana: WHH, 2008.
- McGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**. Rio de Janeiro, Campus, p. 272. 1994.
- NONAKA, I; TAKEUCHI, H., **Criação do Conhecimento na Empresa**. Tradução: Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997.
- KUROKI JÚNIOR, G. H. **Sobre uma arquitetura da informação multimodal**: reflexões sobre uma proposta epistemológica. 2018. 236 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- KRESS, G. What is mode?. *In: JEWITT, C. (Org).* **The routledge handbook of multimodal analysis**. 2. ed. Londres: Routledge, 2014.
- MARKS, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2015. v. 1 (O processo de produção do capital).

- MICHAELIS: dicionário brasileiro de língua portuguesa. **Constructo**. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/constructo/>. Acesso em: 24 maio 2022.
- MIRANDA, R. C. da R. Gestão do conhecimento estratégico: proposta de modelo. *In*: TARAPANOFF, K (Org.). **Inteligência, Informação e Conhecimento**. Brasília: IBICT/UNESCO, p. 157-170, 2006.
- MONKS, R. A. G. **The new global investors**: how shareowners can unlock sustainable worldwide. Oxford: Capstone Publishing, 2001a.
- MONKS, R. A. G. Review the new global investors & working capital contrasted. **Corporate Governance**, California, 27 set. 2001b. Disponível em: <https://www.corpgov.net/2001/09/review-the-new-global-investors/>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- MOURA, T. W. **Política pública de prevenção de homicídios e alternativas de ação coletiva**. Brasília: IPEA, 2010. (Texto de Discussão, 1513).
- OSLON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.
- OSTROM, E. **El gobierno de los Bienes Comuns**. México: Fondo de cultura económica, 2000.
- SARACEVIC, T. Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, Out 1999. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(1999\)50:12%3C1051::AID-ASI2%3E3.0.CO;2-Z](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(1999)50:12%3C1051::AID-ASI2%3E3.0.CO;2-Z). Acesso em: 16 jul. 2022.
- SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. A corporate governance survey. **The Journal of Finance**, New York, v. 52, n. 2, p. 447-922. 1997. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-6261.1997.tb04820.x>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- SIMON, H. **Um modelo comportamental de escolha racional**. *In*: SIMON, H. (Ed.). models of man: social and rational. New York: John Wiley & Sons, 1957. p. 24-60.
- SOUZA, A. N. **Evolução da governança corporativa e efeitos dos níveis de governança no Bovespa**. São Paulo, 2005.
- SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance**: communication and cognition. 2. ed. Oxford, Blackwell, 1995.
- STAREC, C. As novas fronteiras do conhecimento no mundo do trabalho. *In*: TARAPANOFF, KIRA (Org). **Aprendizado Organizacional**. Curitiba: Ibpex, 2011. v. 2.
- ZINS, C. Conceptions of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, Hoboken, v.58, n. 3. p. 335-350, 2007. Disponível em: 16 jul. 2022.